



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 010/2019
QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
E A EMPRESA BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

O Município de Carlos Barbosa, inscrito no CNPJ sob o nº 88.587.183/0001-34, situado a Rua Assis Brasil, nº 11, Bairro Centro, CEP 95.185-000, Rio Grande do Sul-RS, neste ato devidamente representada pelo Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Fábio Chies, portador do CPF nº 987.623.970-87, a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, pessoa jurídica, com sede na Av. Presidente Kennedy, 737, Bairro Aurora, inscrita no CNPJ nº 07.848.478/0001-15, neste ato, representado pelo Presidente, Sr. Luciano Baroni, portador do CPF 699.022.910-15, a **FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE CARLOS BARBOSA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.731.178/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Eliseu Demari, Diretor-presidente da PROARTE - Fundação de Cultura e Arte de Carlos Barbosa, portador do CPF nº 929.812.400-72, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA - IPRAM**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.728.698/0001-00, neste ato representada pela Presidente, Sra. Viviane Neis, portadora do CPF nº 002.201.610-46, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, estabelecida na SBS Quadra 04, bloco A, lote ¾ PRESI/GECOL 21, 21º andar, Asa Sul, Brasília/DF, inscrita no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Marcelo de Oliveira Selau, inscrito no CPF sob nº 986.600.550-04, já qualificado no Contrato 010/2019, firmado em 15/01/2019, originário do Chamamento Público nº 009/2018, resolvem aditar, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato entabulado entre as partes por 12 (doze) meses, ou seja, a partir de 16 de janeiro de 2021 a 15 de janeiro de 2022, na forma da justificativa anexa, que faz parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em função da prorrogação do prazo, será reajustado o valor pago, pela variação do IPCA do período, que corresponde a 4,52%. Desta forma, o novo valor a ser pago para cada serviço é de R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira, quando do reajuste, passando a vigorar a seguinte redação:

"No vencimento do contrato os preços poderão ser reajustados, e se for o caso, em livre negociação entre as partes e limitado ao índice de desempenho da inflação do período (IPCA)".

As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo em três vias de igual teor e forma.

Carlos Barbosa, 12 de janeiro de 2021.

BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Credenciada

FÁBIO CHIES
Secretário Municipal da Fazenda

CRISTINA GEDOZ
Agente Administrativo

DAIANE C. G. BENELLI
Aprovo nos termos da Lei 8.666/93
Assessor jurídico - OAB/RS 107.952